



## UM ILUSTRADO MINEIRO NO GOVERNO DE MACAU\*

Anita Correia Lima de Almeida  
Professora DEHIS/UNIRIO

**Resumo:** Lucas José de Alvarenga nasceu na Vila de Sabará em 1768. Formou-se na Universidade de Coimbra e foi para Goa como ajudante de ordens do Conde de Sarzedas, 48º vice-rei da Índia. Nomeado governador-geral de Macau, exerceu o cargo em 1809 e 1810, vivendo um período conturbado da história do território, com a luta contra piratas e a presença inglesa. De volta ao Brasil, instalou-se no Rio de Janeiro, onde estava a corte, não tendo, no entanto, voltado a ocupar cargos na administração. A intenção aqui é seguir sua trajetória, inserindo-o no universo dos letrados luso-brasileiros que ocuparam cargos na administração e circularam por várias áreas do império colonial português na segunda metade do século XVIII ou nos primeiros anos do século XIX.

**Palavras chave:** letrados; séculos XVIII/XIX; Macau

**Abstract:** Lucas Jose de Alvarenga was born in 1768 at the city of Sabará. He finished his undergraduate studies at the University of Coimbra and moved to Goa to work as the assistant of Conde de Sarzedas, 48<sup>th</sup> vice-Roy of India. Appointed as Governor General for the province of Macau, he ruled between 1809 and 1810, period during which the territory faced a highly distressed period of its history, such as the British threat and the fights against pirates. He moved back to Brazil and never occupied another post at the public administration, despite the fact that he was living in Rio de Janeiro, headquarters of Portuguese monarchy. The intention of this paper is to follow the steps of Alvarenga by inserting him in the group of Portuguese-Brazilian scholars who occupied positions in the public administration and circulated among many different areas of the Portuguese colonial empire during the second half of the 18<sup>th</sup> century and the first years of the 19<sup>th</sup> century.

**Keywords:** scholars; 18<sup>th</sup> century/19<sup>th</sup> century; Macau

O hábil Diplomata deve ter [além de caráter] a triplicada vantagem de ser homem de Letras, homem do Mundo, e homem d’Estado. Em todos os tempos os homens hábeis fizeram mais, que as grandes Corporações. (Alvarenga, Lucas José de. Artigo Adicional à memória, p. 57).

A história de Lucas José de Alvarenga começa em Minas. Ele nasceu na Vila de Sabará, em 1768. Não tendo em seu nascimento *coisa de que se vanglorie, nem de que se envergonhe*, atribui aos incentivos da mãe a educação que teve. Descendente remota de *fidalgos de geração*, sua mãe nasceu na Fazenda do Engenho D’Água (Comarca de Sabará), na casa de um tio, coronel do 1º regimento de cavalaria de milícias, onde havia um grande engenho de moer cana e muitas léguas de lavoura e de lavras. Seus pais “conheciam bem as vantagens de uma boa educação”<sup>1</sup> e mesmo vivendo em Minas Gerais, naquele tempo ainda colônia, e “distante da [futura] Corte mais de duas mil léguas”<sup>2</sup>, com seis anos de idade foi para a escola – onde freqüentou provavelmente as aulas dos professores régios – e com 16 para 17 anos, na opinião de seus mestres, estava pronto em Gramática Portuguesa, Latina, Francesa, em Lógica, Matemática e Ética e, ainda, em Retórica, Poética e Geometria. Em casa, teve aulas de dança e de música. E “tudo isso sabe Deus, como!”<sup>3</sup>, ele escreveria mais tarde em sua memória autobiográfica.

\* Esta pesquisa está sendo elaborada com a colaboração das bolsistas de iniciação científica da Unirio Fernanda Pires Santos e Renata Jardim Quadros, a quem sou muito grata.

1 ALVARENGA, Lucas José de. Artigo adicional à memória. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1828, p. 36.

2 ALVARENGA, Lucas José de. Artigo adicional à memória, p. 39.

3 Idem.



De Minas rumou para Coimbra e, aprovado nos exames preparatórios, ingressou no curso de Direito. Durante essa época, começou a fazer versos, principalmente os de improviso, atividade que exerceria por toda a vida. Em Portugal, ficou gravemente doente, mas mesmo assim conseguiu concluir os estudos, formando-se em 1799.

Como vários outros letrados luso-brasileiros de seu tempo, abraça a idéia de que já não é exclusivamente a nobreza de sangue o que conta. Os novos tempos tinham aberto espaço para a nobreza de mérito. Desde a infância em Minas, quando seus pais lhe enchiam de mimos pelos sucessos escolares, tinha tomado gosto pelos estudos. E é na formação que vai projetar suas maiores esperanças, acreditando que “é a educação e não o nascimento, ou a ilustre genealogia dos homens, que os faz distinguir entre os mais”<sup>4</sup>.

Ainda bem jovem, e na companhia de pessoas importantes, fez de improviso uns versos que mais tarde considerou representativos dos sentimentos que já cultivava na infância, e que podemos considerar verdadeiros lugares-comuns entre essa camada letrada formada a partir de meados do século XVIII:

#### MOTE

- Sou filho da Natureza,  
Tenho por mestre a Razão. –

#### GLOZA

Não tenho excelsa Grandeza,  
Nem me aparento co'os Numes;  
São meus Avós meus Costumes;  
Sou filho da Natureza.  
A candidez, a franqueza  
Meus altos títulos são;  
A virtude é meu Brasão;  
Meu sentimento é a verdade;  
Na Escola da Humanidade  
Tenho por mestre a Razão.

Depois de formado, voltou ao Brasil, à sua terra natal, Minas Gerais, e foi lá que travou conhecimento com o então governador da Capitania, D. Bernardo José de Lorena (mais tarde, Conde de Sarzedas), a quem passou a servir. Depois de governar Minas, Sarzedas, que já tinha sido governador de São Paulo, foi nomeado vice-rei da Índia. E foi como ajudante de ordens do vice-rei que Lucas José de Alvarenga seguiu para Goa. Quando eles chegaram a Goa, Sarzedas o nomeou governador de Macau. Sua nomeação será duramente criticada mais tarde, uma vez que ele não possuía nenhuma experiência administrativa anterior que justificasse sua indicação para o cargo.

Ele sabia disso, e a partir do momento de sua nomeação, isolou-se de todos, para examinar a documentação sobre o governo de Macau existente na secretaria em Goa. Além de obras sobre assuntos militares, como fortificações, ataque e defesa de praças ou distribuição de tropas, dedicou-se particularmente à leitura de livros e documentos que o ajudariam a conhecer a história do território, assim como as intrigas políticas recentes, acreditando que através do estudo seria capaz de diminuir os problemas com a sua pouca experiência.

O letrado mineiro, nomeado governador, encontrou Macau em uma situação bastante complicada. Um poderoso pirata ameaçava o sul da China e sua atuação atrapalhava a comunicação e o comércio de Macau. Todos temiam pelo futuro do território. Ao mesmo tempo, a presença dos ingleses também era uma ameaça. Alvarenga descreve assim a luta contra os piratas:

---

4 ALVARENGA, Lucas José de. Artigo adicional à memória, p. 36.



Foram-se aumentando os insultos; as Costas batidas, e saqueadas; importantes contribuições impostas às povoações, que com medo das bárbaras mortes, que viam dar-se horrorosamente aos outros, as pagavam prontamente.<sup>5</sup>

Em seguida, ainda segundo a narrativa do próprio governador:

chegaram enfim os piratas pela sua quantidade e força, a senhorearem-se dos canais de Wampu; e então em consequência de uma representação feita pelos chins à cidade e das circunstâncias que ocorriam [...] expedi a ordem positiva n.º 3º em data de 7 e 11 de setembro de 1809, para serem batidos os piratas, e se desembaraçarem os canais, que tinham já ocupado<sup>6</sup>.

E, afinal, “quis Deus Nosso Senhor favorecer os seus portugueses” e:

Os nossos dois navios somente, *Brigue* e *Belisário* [...], fizeram tal estrago nos inimigos, que não só deixaram com efeito livres e desembaraçados os ditos canais para o comércio; mas ficou desde então arraigado nos corações dos piratas um certo terror, que (quanto a mim) o julguei sempre uma das principais causas para as sucessivas vitórias<sup>7</sup>.

Depois de encerrado prematuramente seu governo em Macau, e sem colher os louros pelas vitórias que considerava como obras suas, Alvarenga volta para Goa, onde permanece por alguns anos. Finalmente, em 1817, cansado de esperar por alguma nomeação em Goa, decidiu instalar-se no Rio de Janeiro, onde estava a Corte e onde imaginava que seria mais fácil ser empregado num posto que estivesse de acordo com os *altos serviços* que acreditava ter prestado à coroa portuguesa. Chegava à cidade decidido “a não aceitar senão uma missão, ou comissão brilhante” própria de suas “tão particulares circunstâncias” e desejoso de que o pusessem logo “na carreira dos grandes negócios da [...] pátria”<sup>8</sup>.

Assim que chegou ao Rio de Janeiro, Alvarenga tratou de ir ver o Príncipe Regente, D. João, por quem foi recebido no Paço de São Cristóvão. De lá, rumou para a casa do todo poderoso Conde da Barca, Antônio de Araújo e Azevedo, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. O Conde, “amigo de seus inimigos”, causou péssima impressão em Alvarenga, que escreveu contra ele uma peça a que deu o título de “O cônsul de Calígula”. Apesar de todas as cerimônias de beija mão a que compareceu nos anos seguintes, Alvarenga continuava aguardando a nomeação tão esperada.

O tempo passou, chegou a conjuntura da independência. Suas esperanças não diminuíram, uma vez que ele esteve presente desde os primeiros eventos, quando foi, por exemplo, à cerimônia de concessão do título de Defensor Perpétuo do Brasil a D. Pedro. E, afinal, ele tinha sido colega, na Universidade de Coimbra, de muitos luso-brasileiros que agora serviam ao Império Brasileiro, e com títulos; alguns como conselheiros de Estado. Assim, enumera as credenciais que julgava possuir:

Ora, não se podia ocultar, que além das muitas vantagens reunidas em mim em meu abono, eu tinha também cumulativamente os Estudos da Universidade de Coimbra, onde me formei na Faculdade de Leis, ou Direito Civil; eu tinha a prática de Governos espinhosos; tinha a frequência de muitos anos com as Nações Estrangeiras; tinha a Escola prática das muitas viagens [à minha custa] à França, e à Inglaterra [os dois olhos do mundo]; tinha portanto as observações próprias, e o estudo prático das duas principais cortes da Europa [as duas meninas dos olhos do mundo ilustrado]; onde somente eu podia limar, e polir bem as minhas idéias, e as minhas maneiras; que me tornaram sem dúvida mais apto então, e mais hábil para os cargos graves, e outras circunstâncias ponderosas, que sobrevieram logo ao nascente Império do Brasil<sup>9</sup>.

---

5 ALVARENGA, L. J. de. Memória sobre a expedição do governo de Macau em 1809, e 1810 em socorro ao império da China contra os insurgentes piratas chineses, principiada e concluída em seis meses pelo governador daquela cidade, Lucas José de Alvarenga. Rio de Janeiro: Tipografia Imperial e Nacional, 1828, p. 43.

6 ALVARENGA, L. J. de. Memória sobre a expedição do governo de Macau, P. 43.

7 ALVARENGA, L. J. de. Memória sobre a expedição do governo de Macau, p. 44.

8 ALVARENGA, L. J. de. Artigo adicional à memória, p. 56.

9 ALVARENGA, L. J. de. Artigo adicional à memória, p. 57-8.



Com essas credenciais, ele se pergunta: “poderia eu deixar de ser bem conhecido aqui?”<sup>10</sup> Ele mesmo responde: “Recolhi-me à Corte em 1817, não me empregaram”<sup>11</sup>. E para aumentar ainda mais sua sensação de frustração, depois de estar vivendo já há alguns anos na Corte, um amigo lhe envia de Londres, ou pelo menos é o que ele diz que aconteceu, um pequeno livro. Era a Memória sobre a destruição dos piratas da China de que era chefe o célebre Cam-Pan-Sai, e o desembarque dos ingleses na cidade de Macau e sua retirada, escrita por José Ignácio de Andrade e publicada em Lisboa, em 1824. Ele quase não consegue acreditar que tenham escrito sobre esse período e sobre a vitória contra o pirata e a retirada dos ingleses – que considera seus dois grandes feitos – sem que a sua participação seja mencionada. Na verdade, as coisas são ainda piores, sua atuação como governador foi mencionada rapidamente, junto com comentários sobre a sua pouca experiência e, ainda, a informação de que o ex-governador havia se recolhido ao Rio de Janeiro, onde tinha se entregado ao *ócio*.

Então, parte para o ataque, e escreve a sua versão do que se passou em Macau: a Memória sobre a expedição do governo de Macau em 1809, e 1810 em socorro ao Império da China contra os insurgentes piratas chineses, principiada, e concluída em seis meses pelo governador, e capitão general daquela cidade, Lucas José d’Alvarenga, que publica pela Tipografia Imperial e Nacional, em 1828. No mesmo ano, escreve um Artigo Adicional à Memória, que publica na Tipografia do Diário. E, dois anos mais tarde, em 1830, ainda publica umas Observações à Memória [...] com um resumo da sua vida. Ele acredita que:

Assim fizeram os Romanos, os Gregos, os Egípcios, e outras nações de tão afastadas eras, cuja origem se envolve com majestade na profunda noite dos tempos; e que para autenticar seus feitos gloriosos, a sabedoria do seu governo, e fazer admirar nas mais remotas idades a grandeza e o poder das forças humanas, quando são bem dirigidas por governos ilustrados; deixaram monumentos, que atravessam séculos; e que resistiram à impetuosa maré do tempo (que nada respeita), se conservam até hoje invioláveis, como verdadeiros estandartes da grandeza, da prosperidade e da glória das nações<sup>12</sup>.

Porque afinal,

É com estátuas, colunas, medalhas, poemas, inscrições, memórias, pinturas, que se eternizam fatos dignos da posteridade, que se deixa lição, e exemplo aos vindouros; e que ainda mesmo depois da morte se continua a viver entre os vivos!<sup>13</sup>

Então, como era possível que o autor da *Memória* de 1824 tratasse desse período em Macau, sem mencionar o seu lugar nesses acontecimentos?

tendo eu sido o Governador naquela Época, o Autor, e único, que dirigia não só todos os negócios públicos, mas muito privadamente este, em que tudo se fez debaixo das minhas ordens, e se concluiu quatro meses antes da chegada do meu Sucessor [...]; tudo isso seria bastante, ou de sobejo para dar uma idéia do objeto, contexto, e falta de exatidão dessa Memória [...].<sup>14</sup>

Na verdade, o governo de Lucas José de Alvarenga foi bastante curto (1808/9-1810), e marcado por uma série de conflitos, com o senado e com o ouvidor. O governador Bernardo Aleixo de Faria, que havia sido destituído do cargo em 1788 – acusado de comércio ilegal de ópio – voltou a ocupar o cargo em 1806, mas acabou por pedir demissão. Lucas José de Alvarenga foi nomeado pelo vice-rei de Goa para substituir Bernardo Aleixo, e iniciou seu governo, mas afinal uma ordem vinda de Lisboa obrigou Bernardo Aleixo a retornar a Macau e voltar para o governo. Assim, Alvarenga foi demitido antes de terminar seu mandato e Bernardo Aleixo retomou ao governo, exercendo-o até 1817.

10 ALVARENGA, L. J. de. Artigo adicional à memória, p. 58.

11 ALVARENGA, L. J. de. Artigo adicional à memória, p. 55.

12 ALVARENGA, L. J. de. Memória sobre a expedição do governo de Macau, p. VI.

13 ALVARENGA, L. J. de. Memória sobre a expedição do governo de Macau, p. V.

14 ALVARENGA, L. J. de. Memória sobre a expedição do governo de Macau, p. 7.



Em Macau, a competência dos governadores sempre foi reduzida em relação à do senado. Por Instrução de 1783, Lisboa pretendeu ampliar os poderes da Coroa, na prática, contudo, isso acabou por não ocorrer, mas algumas competências importantes foram atribuídas ao ouvidor, cargo recriado na altura. No período em que Alvarenga esteve à frente do governo, era ouvidor Miguel de Arriaga Brum da Silveira. Arriaga foi ouvidor por um longo período e parece ter conseguido conciliar os interesses da Coroa com os dos comerciantes da cidade<sup>15</sup>. Foi ao poderoso ouvidor Arriaga, com quem Alvarenga manteve uma relação de bastante conflito, que o autor da *Memória* de 1824 atribuiu todos os méritos do governo no período.

Para o autor da *Memória* de 1824 tudo se deveu ao gênio “extenso e maravilhoso” do ouvidor Arriaga, assim como ao governo de Bernardo Aleixo, não pertencendo o brilhantismo da época, em qualquer hipótese, a Alvarenga.

Ainda não compreendemos bem os conflitos que levaram à destituição de Alvarenga em 1810, nem, tampouco, o alcance dos atritos quer com o ouvidor, quer com o senado. E só o aprofundamento das investigações na documentação do período poderá nos ajudar a conhecer melhor a natureza desses conflitos. Aqui, interessa-nos, apenas, chamar a atenção para a maneira como o ex-governador vai, ele próprio, julgar o seu governo. E, mais do que isso, que armas vai usar para reivindicar junto ao Príncipe Regente D. João e, mais tarde, já ao império do Brasil – de D. Pedro I – o reconhecimento dos serviços que acredita ter prestado à monarquia portuguesa. Além do reconhecimento, é claro, ele deseja – e isso seria um reconhecimento efetivo – a nomeação para um novo cargo na administração. De fato, acabou por se tornar obcecado com essa idéia. Vivendo de um pequeno soldo de patente militar que recebeu quando foi para a Índia, vai empregar todos os esforços dos seus últimos anos de vida na luta pelo reconhecimento tão desejado, e nunca alcançado.

Tendo sido nomeado para o cargo de governador de Macau sem qualquer experiência prévia, como já se observou, atribuída sua nomeação à “boa reputação de suas letras”, que, afinal, acreditava ter sido sempre o seu maior tesouro. Mas precisava, então, fazer com que sua reputação nas armas se igualasse àquela que tinha nas letras, ou, como escreveu:

Assentei logo firmemente de empenhar todos os meus esforços, para aproveitar-me [nesta ocasião forçada] de toda a atividade do meu espírito, e memória, dos meus estudos prévios, e desse pequeno talento que o Céu me deu, para poder assim com dignidade [e mesmo com algum esplendor] concluir honrada, e airoosamente não só a Comissão em geral de arranjar e por tudo em boa ordem [o que me dava algum cuidado pela oposição, e má vontade, que eu tinha de encontrar no Senado]; como principalmente as duas difíceis tarefas, que tinham sido a causa primária da minha nomeação para aquele Governo, onde me era portanto indispensável unir bem estreitamente as Armas às Letras [...].<sup>16</sup>

Assim, como em vários outros momentos de sua vida, Alvarenga se dedicou aos estudos. Mas julga que só teve sucesso nesse esforço porque tinha vocação e porque tinha hábito de estudar, cultivado longamente, desde sua mocidade em Minas:

Passei portanto a dar-me todo a um rigoroso estudo de tática militar [...] Arte tão interessante [de que depende a segurança, a dignidade, e a sorte dos Estados; e sem a qual o homem quase que não pode fazer uma brilhante figura no mundo político, nem oferecer com glória a sua Pátria o sacrifício mais generoso]; e que portanto já pelos meus estudos prévios, já pelo constante costume de estudar com método, e já enfim pelo hábito de meditar profundamente, podia [como era natural] em bem pouco tempo fazer grandes progressos neste estudo; e muito principalmente com a força do meu gênio, e obstinação nas minhas aplicações; o que me custou tão caro!<sup>17</sup>

15 Cf. VALE, A. M. Martins do. Macau. In: LOPES, Maria de J. dos M. (Coord.) Nova história da expansão portuguesa – o império oriental (1660-1820). Lisboa: Estampa, 2006, p. 348-9.

16 ALVARENGA, L. J. de. Observações à Memória de Lucas José de Alvarenga, com as suas notas e um resumo da sua vida. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário, 1830, p. 90-1.

17 ALVARENGA, L. J. de. Observações à Memória, p. 91.



Com a expressão “custou tão caro” refere-se ao fato de que os estudos custaram-lhe a saúde. Desde o primeiro ano na Universidade de Coimbra que tinha os sintomas da tuberculose e, por ocasião de sua nomeação para o governo de Maca, havia demorado a tomar posse por causa de novos ataques da doença:

o resultado maravilhoso das minhas aplicações assíduas foi uma demonstração tão evidente do meu aproveitamento; como foi o da ruína total da minha saúde, o grande ataque com os sintomas de hemoptise na véspera da minha posse, que me obrigou a transferi-la para alguns dias depois, e cujos ataques foram repetidos muitas vezes.<sup>18</sup>

E, afinal, com os *resultados tão brilhantes* que tinha alcançado em Macau, ficou convencido que:

a prática da guerra [aliás de inegável conveniência] não é todavia, quem dá a superioridade aos militares[...] porém sim o estudo, o gênio, o talento, os dons da sua alma [naturais e adquiridos] cumulativamente com as suas aplicações, sempre acompanhadas das mais sérias e profundas reflexões; e que isso reunido ao amor da Pátria, e com a única ambição da glória, é capaz sem dúvida de levar o homem às mais difíceis empresas, a vence-las todas, e a fazer prodígios.<sup>19</sup>

Em 1815, poucos meses antes de deixar a Ásia, estando defronte de um Pagode, ou templo hindu, e vendo um lindo grupo de árvores e, entre elas, uma muito alta e copada, com um tronco elegante, teve vontade de gravar ali alguma lembrança sua. Não tinha visto na Ásia, por lugar algum por onde andou, qualquer vestígio dessas gravuras em tronco tão comuns em Coimbra, e em outras regiões de Portugal, onde se desabafam as “paixões amorosas” e os “sentimentos nobres”. Assim, teve vontade de ser o primeiro a deixar gravado na árvore asiática alguma coisa de gosto europeu. E então escreveu no tronco uma pequena quadra:

O que eu sou, e o que eu não sou,  
Quem quiser, julgue de mim:  
Eu sou tudo, e não sou nada.  
O meu gosto é ser assim.

Não somos nós que vamos dizer o que ele era, ou o que não era, se realmente foi importante na vitória das forças portuguesas contra os piratas, ou se seus inimigos estão certos, e foi insignificante sua atuação. E, de resto, já os homens no poder o tinham julgado, ninguém dele se lembrando “para coisa alguma”<sup>20</sup> durante o resto de sua vida. Anos mais tarde, contando a história do poema que gravou na árvore, ele mesmo se define: “Eu era já isso mesmo que a natureza quis que eu fosse. Este meu gosto era já um fruto sazonado, e saboroso da minha Razão ilustrada”<sup>21</sup>. Ou seja, talvez fosse correto defini-lo como “um iluminista mineiro governador de Macau”, como fez Hélio Vianna num artigo no jornal do Comércio, publicado na década de 1960<sup>22</sup>. Acima de tudo, ele tinha estudado, aplicadamente, e esse seu talento para as letras tinha lhe rendido um cargo alto na administração, mas essa nomeação, que marcou sua carreira quando ele ainda era jovem, não se traduziu, efetivamente, numa carreira, talvez porque na verdade lhe faltassem verdadeiros talentos para a política. Alvarenga usou seus talentos de letrado para tentar reverter seu triste destino, mas, incapaz de conseguir a tão sonhada nomeação, acabou seus dias frustrado e solitário, morrendo em 1831.

18 ALVARENGA, L. J. de. Observações à Memória, p. 92.

19 ALVARENGA, L. J. de. Observações à Memória, p. 95.

20 ALVARENGA, L. J. de. Artigo Adicional, p. 58.

21 ALVARENGA, L. J. de. Artigo Adicional, p. 52.

22 VIANNA, Hélio. Um iluminista mineiro governador de Macau. Folhetim do Jornal do Comércio, de 26.07.1969.